# CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

## 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos 24 dias do mês de março de 2015, às 14:00 horas na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasileia - Betim reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP dentre os quais: 1) Genoveva de Carvalho Soares – Presidente do CMP e representante do Poder Executivo; 2) Marcelo Jorge da Mata – titular representante do Poder Executivo; 3) Leonardo Cardoso de Alvarenga – titular representante do Poder Executivo; 4) Rosemary Galvão da Silva Paula – titular representante do Poder Legislativo; 5) Andrea Deborah da Costa – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 6) Weber de Avelar Silva – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE) e sua suplente Maria da Conceição Pimenta; 7) Luiz Fernando de Souza Oliveira – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB) e sua suplente Ana Lúcia de Freitas Paixão e Silva. Pelo IPREMB o senhor Evandro Manoel Firmino da Fonseca – Diretor Executivo; a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade; o senhor Wesley de Melo Souza – Auditor Autárquico; o senhor Raphael Fernandes Rios Prado – Chefe de Divisão Administrativa e Presidente do Comitê de Investimentos - COMINV; o senhor Alexandre de Freitas Machado – Procurador Autárquico e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada pela Presidente para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Relatório de Gestão e Demostrativos Contábeis do exercício de 2014; 2) Definição de calendário de reuniões do Conselho Municipal para 2015 e acrescentou-se o item 3) Carteira de Investimentos; 4) Censo; 5) Sede Própria; 6) Site do IPREMB. O Diretor Executivo Evandro abre a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e destacando a importância do Conselho na gestão do Instituto, que é feita de forma transparente. Comenta que o site do IPREMB foi reestruturado, porém está sendo vítima de ataques de hackers. A empresa responsável encaminhou um técnico para participar da reunião, esclarecer alguns pontos e apontar alternativas para solucionar o problema das invasões. Passa-se a palavra para a Presidente do CMP Genoveva. A mesma se apresenta e pede que os demais presentes se apresentem também. O primeiro item de discussão é sobre o site do IPREMB. O senhor Diogo, técnico da empresa ASPPREV responsável pelo site do Instituto toma a palavra e esclarece questões relacionadas à invasão de hackres. O senhor Diogo comunica que há pouco mais de um mês houve um ataque ao site do IPREMB que o desabilitou, perdendo todo o seu conteúdo. Com ajuda de backup's o site foi reestruturado, porém sofreu novo ataque dessa vez através da porta de e-mails (fale conosco) no domínio wordpress. O problema foi detectado e optou-se por desabilitar as possibilidades de envio de e-mails. O site voltou ao ar e no domingo, 22 de março de 2015, mais uma vez foi bombardeado por mais de 2.600 (dois mil e seiscentos) spams. A empresa está empenhada em solucionar o problema, mas ainda não conseguiu identificar de onde vêm os ataques, está reunindo diariamente com os técnicos da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI da Prefeitura Municipal de Betim – PMB na busca da solução. A Presidente do CMP Genoveva questiona se os hackers estão tendo acesso ao contracheque. O senhor Diogo esclarece que o contracheque e informações pessoais de aposentados e pensionistas estão em outro servidor e não foram atingidos. O Diretor Executivo Evandro comenta que o site estava completo com publicações de atas dos Conselhos e Comitê de Investimentos, balancetes, carteira de investimentos e outros informes. Sem mais a acrescentar inicia-se a discussão do item 1: Relatório de Gestão. O Auditor Wesley pede a palavra e esclarece que o relatório em questão é uma exigência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, é elaborado segundo a formatação exigida pelo Tribunal e expressa as receitas e despesas do exercício anterior, mostra o histórico contábil do Instituto. Informa que o Conselho Fiscal – CF analisou e manifestou sobre o relatório solicitando a inclusão de parágrafos que deixem claro que "há atrasos de repasse patronal, e que este será objeto de análise para o devido pagamento", além de acrescentar as estratégias e medidas administrativas de cobrança. O Conselheiro Marcelo questiona sobre o valor de compensação

previdenciária a receber, uma vez que não há censo previdenciário, que aponta dados de tempo de contribuição anterior a PMB. O Auditor Wesley responde que este valor foi baseado na receita que a compensação pode gerar segundo o cálculo atuarial. O Auditor Wesley ressalta a tabela de meta atuarial que mostra uma rentabilidade positiva acima de 9% (nove por cento), mas abaixo do previsto 12,23% (doze virgula vinte e três por cento). A Presidente do CMP Genoveva questiona se há possibilidades do Instituto arcar com outros benefícios além da aposentadoria e pensão. O Diretor Executivo Evandro esclarece que não há projetos por parte do Governo. Houve uma discussão em 2014 onde o Insituto seria responsável pelo pagamento de auxilio doença, porém descartada por acarretar em aumento de alíquota patronal. Para o IPREMB o ideal é manter apenas os dois benefícios atuais. O conselheiro Luiz Fernando acrescenta que o ideal seria a PMB reestruturar a Medicina do Trabalho. O Diretor Executivo Evandro informa que o SESMT irá ser reestruturado, haja vista que criou-se por lei uma unidade de perícia e segundo informações da secretaria de administração, estão trabalhando para implementação destes serviços. Informa ainda que o Instituto também terá perícia médica para avaliação das aposentadorias por invalidez já concedidas, mediante revisão anual. O edital de credenciamento foi publicado no final de 2014 e apenas um médico habilitou-se até o momento. O Procurador Dr. Alexandre acrescenta que o edital foi entregue pessoalmente em todas as clínicas médicas de Betim, e que o valor dos honorários médicos condizem com o valor de mercado, mas que não tem tido interesse por parte dos médicos. A conselheira Andrea fala que é importante a realização de perícia médica e afirma que conhece aposentados que recebem indevidamente, pois trabalham em outros lugares. O Procurador Dr. Alexandre pede que seja aberta denúncia com nomes para apuração dos fatos. Exemplifica que houve uma denúncia ao Ministério Público - MP de uma pensão paga indevidamente e a mesma foi cancelada pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) e que o MP vai cobrar judicialmente a devolução da pensão por morte paga até então ao pensionista. Voltando a discussão do Relatório de Gestão o conselheiro Luiz Fernando pergunta sobre a situação de servidores cedidos, se os valores apresentados na tabela referente a repasses de contribuições recebidas corresponde à realidade. O Procurador Dr. Alexandre informa que houve servidores cedidos para outros órgãos e que não foram feitos os repasses. O Instituto com base na Orientação Normativa MPS/SPS nº 02/2009 optou por solicitar à Prefeitura Municipal que regularizasse a questão das contribuições previdenciárias dos servidores efetivos cedidos a outros órgãos públicos em datas anteriores até o presente momento, tendo o Diretor Executivo comentado que foram encaminhados ofícios sobre todos os casos conhecidos à PMB, solicitando informações quanto aos servidores cedidos e que fosse feito o pagamento das contribuições previdenciárias do município e do segurado para efeito de regularização das pendências dos servidores cedidos, e que não houve êxito até o momento, mas que temos um servidor efetivo autárquico acompanhando o andamento dos respectivos ofícios enviados. Acrescenta que a Divisão de Benefícos é bem criteriosa e zelosa ao verificar a documentação comprobatória para concessão do ato de aposentadoria de cada servidor, e que quando não há dados suficientes geram transtornos para ambos. O conselheiro Luiz Fernando sugere a convocação do Secretário Adjunto de Administração Wagner Lara para participar da próxima reunião do Conselho e tratarem o assunto, o que é aprovado por todos. O Diretor Executivo Evandro fala que em casos de licença sem vencimentos há um convênio com a Caixa Econômica Federal que gera os boletos de pagamento de contribuição, caso o servidor opte por fazê-la. O conselheiro Luiz Fernando pede que seja acrescentado ao Relatório de Gestão que a Prefeitura não atende as solicitações de informações feitas pelo Institutio. O Auditor Wesley irá acrescentar no quesito onde consta as medidas adotadas para alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial. O conselheiro Weber pergunta a diferença entre os servidores cedidos com ou sem ônus. O Diretor Executivo Evandro esclarece que servidores cedidos com ônus mantêm a base de pagamento registrada na folha da PMB. No caso dos cedidos sem ônus a Prefeitura deve fazer um controle para que o Recursos Humanos atualize os dados dos servidores, sempre que necessário, e informe ao órgão cessionário os valores de repasse e ainda cobre que os mesmos sejam feitos. O conselheiro Luiz Fernando questiona sobre os repasses da Assembleia Legistativa do Estado de Minas Gerais. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila explica que o valor apresentado no Relatório representa o repasse de apenas um mês. Nos demais

meses não houve repasse. O Diretor Executivo Evandro fala que o ideal seria o Instituto receber cópias dos convênios de cessão firmados com o Município para acompanhar e ajudar a PMB a cumprir o seu papel, haja vista o interesse direto do Ipremb nestas situações. A Presidente do CMP Genoveva pede esclarecimentos sobre os valores do déficiti atuarial. O Diretor Executivo Evandro explica que o cálculo atuarial apontou redução de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao ano anterior, tendo em vista os rendimentos positivos obtidos dos investimentos. Sem mais considerações, passa-se à discussão dos Demonstrativos Contábeis. A Chefe de Divisão de Contablidade e Contadora Camila informa que os quatro balanços apresentados mostram o reflexo das receitas e despesas no exercício de 2014. No balanço orçamentário, a receita prevista foi de R$ 219.120.000,00 (duzentos e dezenove milhões, cento e vinte mil reais), sendo a realizada de aproximadamente R$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais). Quanto às despesas a previsão inicial também foi de R$ 219.120.000,00 (duzentos e dezenove milhões, cento e vinte mil reais), porém as despesas pagas giraram em torno de aproximadamente R$ 72.650.000,00 (setenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), sendo a maior parte utilizada com a folha de pagamento. Quanto às previsões de receita e despesas os valores devem ser iguais, gerando equilíbrio orçamentário. Porém os valores realizados apontaram superávit ou déficit, sendo que em 2014 houve um superávit de aproximadamente R$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões). Lembra que a receita foi menor do que a prevista e um dos motivos foram os não repasses das obrigações patronal. O Diretor Executivo Evandro comenta que que o Ministério Público está ciente dos atrasos e a Promotora que acompanha as questões do Instituto é contra os parcelamentos recorrentes. O conselheiro Luiz Fernando fala que o Conselho não deve mais se manifestar a favor de parcelamentos, o Município deve se planejar de outras formas para honrar seus compromissos. A contadora Camila prossegue, Balanço financeiro: representa o fluxo de caixa, o que foi arrecadado e pago. Ressalta que os consignados entram como receitas e automaticamente são repassados e contabilizados como despesas. Os recursos financeiros no campo Ingresso mostram o saldo entre o exercício de 2013 e 2014, registrando um valor de aproximadamente R$ 603.603.000,00 (seiscentos e três milhões, seiscentos e três mil reais). No campo Dispêndios mostram o saldo financeiro entre o exercício de 2014 e 2015, registrando um valor de aproximadamente R$ 725.530.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões e quinhentos e trinta mil reais). O montante de aproximadamente R$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil reais) foi a desvalorização de investimentos, ou seja, a rentabilidade negativa. O Auditor Wesley esclarece que isso representa o que o Instituto deixou de ganhar considerando a meta atuarial que foi de 12,23% (doze virgula vinte e três por cento) e o percentual alcançado foi de 9% (nove por cento). Em relação ao Balanço Patrimonial, a Contadora Camila explica que representa as contas que envolvem patrimônio, ativo e passivo. Apresenta um total ativo de aproximadamente 725.780.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões e setecentos e oitenta mil reais) e um total passivo, considerando a provisão matemática do cálculo atuarial, de aproximadamente R$ 603.580.000,00 (seiscentos e três milhões, quinhentos e oitenta mil reais) tendo um saldo de patrimônio líquido encerrado em 2014 de aproximadamente R$ 122.200.000,00 (cento e vinte e dois milhões e duzentos mil reais). Já a Demonstração das Variações Patrimoniais mostram as variáveis aumentativas (receita) e diminutivas (despesas), cujo resultado final Patrimonial no período apontou um valor de aproximadamente R$ 306.500.000,00 (trezentos e seis milhões e quinhentos mil reais). O Diretor Executivo Evandro sugere que para as próximas reuniões os demonstrativos contábeis sejam apresentados em datashow tornando a discussão mais didática. Próximo item de pauta: Carteira de Investimentos. O Diretor Executivo Evandro comenta que o relatório da carteira de investimentos é um espelho dos extratos dos fundos de investimentos. Ressalta que os percentuais de investimentos em cada fundo são determinados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN número 3922 de 25 de novembro de 2010 e pela Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência. O Presidente do COMINV Raphael apresenta a carteira de fevereiro de 2015. Informa que a meta mensal de 1,77% (um virgula setenta e sete por cento) não foi atingida. O percentual de rendimento fechou o mês em 1,22% (um virgula vinte e dois por cento) que representa 0,5% (zero vírgula cinco por cento) + IPCA, em valores o montante é de

aproximadamente R$ 740.000.000,00 (setencentos e quarenta milhões de reais). Os conselheiros pedem que seja encaminhada a carteira do mês de janeiro. A mesma será enviada por e-mail, junto com os balancetes do mês de janeiro e fevereiro e serão discutidos na próxima reunião. A conselheira Andrea comenta sobre o Fundo Kinea que gerou rendimentos negativos. O Diretor Executivo Evandro esclarece que o Fundo Kinea pertence ao Banco Itaú e teve seus títulos desvalorizados com a Operação Lava Jato. Parte das empresas investidas são fornecedores da Petrobras e não estão recebendo as quantias que deveriam gerando um efeito dominó que atinge todos os investidores. Esclarece ainda que alguns dos investimentos que estão em renda negativa na verdade apresentam curva de rendimento "J". São aplicações em fundos fechados e de longo prazo, 5 (cinco), 8 (oito), 10 (dez) anos. A conselheira Ana Lúcia pergunta sobre a composição e qualificação dos membros que compõem o Comitê de Investimentos. O Presidente do COMINV Raphael explica que o MPS (Ministério da Previdência Social) estabelece que haja um Comitê de Investimentos cujos membros possuam certificação mínima CPA-10. Além disso o Insituto conta com uma consultoria e os próprios bancos, que ao apresentarem seus produtos fazem uma explanação de mercado. Acrescenta que o COMINV é composto por 6 (seis) servidores efetivos, entre eles o Diretor Executivo Evandro. O Diretor Executivo Evandro completa que o COMINV se reúne as terças-feiras e convida os conselheiros, que tiverem interesse, a participar das reuniões. Fala que houve mudanças na estrutura do Comitê. O, até então, presidente Nelson Diniz, pediu para se afastar e retornar à prefeitura para exercer as funções de seu cargo de origem, o membro Raphael Prado assumiu a presidência. O conselheiro Luiz Fernando pergunta se todos os servidores do Instituto são efetivos. O Diretor Executivo Evandro responde que apenas a Chefe de Divisão de Contabilidade Camila não é efetiva. Ela passou pelo processo seletivo simplificado em 2011 ocupando o cargo de Contadora e com a criação da Divisão ela assumiu o novo cargo. Próximo item: Censo Previdenciário. O Diretor Executivo Evandro ressalta que a finalidade do Censo Previdenciário é saber a realidade da PMB e IPREMB fazendo um cálculo atuarial mais fidedigno. O censo foi aprovado pelo CMP no mandato anterior, bem como a contratação do Núcleo Atuarial de Previdencia - NAP, instituição vinculada a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, que viabilizará o censo. Lembra que a Prefeitura está realizando o recadastramento dos servidores ativos cujo prazo encerra-se em 30 de abril de 2015. O Instituto utilizará na realização do censo a base de dados da PMB atualizada e acrescentára as informações previdenciárias. O processo de contratação da empresa será aberto no mês de abril do presente ano e há planos de iniciar o recenseamento em meados de maio ou início de junho. A previsão para a conclusão dos trabalhos é de quatro a seis meses. Próximo item: Sede Própria. O Diretor Executivo Evandro informa que foi encaminhado alguns pontos à PMB para criação do projeto arquitetônico da nova sede e o mesmo será apresentado ao Insituto amanhã, dia 25 de março de 2015. Acrescenta que haverá repasse do terreno e que há no fundo de caixa destinado a construção um montante de 12 (doze) milhões de reais. Entre as propostas de edificação há a possibilidade de dispor salas para serem alugadas. Próximo item: calendário de reuniões 2015. Os conselheiros definem a última quinta-feira do mês para a realização das reuniões. Segue o calendário: 30 de abril às 08:30; 28 de maio às 14:00; 25 de junho às 08:30; 13 de agosto às 08:30; 24 de setembro às 14:00; 29 de outubro às 08:30; 26 de novembro às 14:00; 15 de dezembro às 09:00, sendo esta última junto com o Conselho Fiscal. A conselheira Maria Conceição faz uma observação referente a ata da 18ª Reunião Ordinária do CMP, realizada em 10 de dezembro de 2014. Onde se lê: "Maria da Conceição Silva Pimenta – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação" leia-se: "Maria da Conceição Silva Pimenta – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde". Tendo discutido todos os itens de pauta e sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos Conselheiros presentes.

Genoveva de Carvalho Soares – Presidente do CMP e representante do Poder Executivo

Marcelo Jorge da Mata – titular representante do Poder Executivo

Leonardo Cardoso de Alvarenga – titular representante do Poder Executivo

Rosemary Galvão da Silva Paula – titular representante do Poder Legislativo

Andrea Deborah da Costa – titular representante dos servidores ativos da Educação

Weber de Avelar Silva – titular representante dos servidores ativos da Saúde

Maria da Conceição Pimenta - suplente representante dos servidores ativos da Saúde

Luiz Fernando de Souza Oliveira – titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Ana Lúcia de Freitas Paixão e Silva – suplente representante dos servidores inativos e pensionistas

Representantes do IPREMB

Evandro Manoel Firmino da Fonseca – Diretor Executivo

Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade

Wesley de Melo Souza – Auditor Autárquico

Raphael Fernandes Rios Prado – Presidente do Comitê de Investimentos – COMINV

Alexandre de Freitas Machado – Procurador Autárquico

Darlene Rocha Nunes Rodrigues - Secretária para o Ato